

(Re)construções narrativas de identidades violentas no universo representativo dos crimes de pistolagem

*Ricardo Henrique Arruda de Paula**

Resumo

O presente texto é o resultado de cinco anos de pesquisa realizada com matadores de gente. Durante esse período, foram colhidos no Ceará relatos orais em forma de histórias de vida e autobiografia, em um trabalho que envolve, portanto, memórias e narrativas. Entre os interlocutores desta pesquisa, sobressai um personagem, Idelfonso Maia da Cunha, popularmente conhecido por “Mainha”, que se destacou no cenário local e nacional por seus crimes de mortes. Servindo-se de todo esse universo narrativo, este trabalho busca contribuir para o estudo dos valores e códigos morais que envolvem a construção social e simbólica de identidades violentas.

Palavras-chave

Matador; pistoleiro; vingança; honra; bandido social

Abstract

This article is the result of five years of research about killers. Throughout this period, oral accounts in the form of life stories and narrated memoirs were collected in Brazilian state of Ceará. One character in particular stands out among the interlocutors, Idelfonso Maia da Cunha, more commonly known as “Mainha”, who became notorious on a local and national scale for his murders. Drawing on this whole narrative body, the investigation attempts to help our understanding of the values and moral codes that underlie the social and symbolic construction of violent identities.

Keywords

Killer; gunman; revenge; honour; social criminal

* Doutor em Sociologia, UFC/Universidade Lyon 2; Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Mestre em Filosofia, Universidade Estadual do Ceará (UECE); Professor na Universidade da Integração Internacional (UNILAB).

*Por mais que se diga o que se vê, o que se vê
não se aloja jamais no que se diz.*

(FOUCAULT)

1. Introdução

Este roteiro é o resultado textual de cinco anos de itinerários de uma pesquisa etnográfica voltada, basicamente, à compreensão e análise do universo social do personagem pistoleiro, e que teve como palco delimitador dos trabalhos o Estado do Ceará.

Entre as diferentes formas de apreensão e conhecimento da realidade social que envolve o matador de aluguel – exploração de fontes escritas e orais – a investigação que realizei construiu seus referenciais privilegiando, sobretudo, o registro de experiências individuais rememoradas, reordenadas e relatadas em forma de trajetórias individuais de vidas, mais precisamente, histórias de vida e autobiografia.

A proposta da pesquisa, nesse sentido, foi trabalhar a (auto)construção e representação do personagem pistoleiro, a partir de fontes tradicionais, mas, especialmente, servindo-se das falas individuais dos protagonistas desse tipo de violência, que foram utilizadas como ferramentas orientadoras e informacionais de trajetórias pessoais, identidades e pertencimentos.

Em suma, não obstante o uso de recursos cognitivos mais convencionais para obtenção de respostas do trabalho de investigação social, a pesquisa aqui apresentada em forma de roteiro de trabalho primou por evidenciar as narrativas dos sujeitos que, de forma direta e ou indireta, tiveram suas vidas, em algum momento e por algum motivo, entrelaçadas com o fenômeno da pistolagem.

Tendo como cenário de atuação essas experiências individuais, coube-me construir e fazer significar as histórias que me foram contadas. Tinha interesse em apreendê-las e aprendê-las na memória para melhor saber recontá-las, atribuindo-lhes sentidos muitas vezes insuspeitados por seus contadores originais. Em quase todo este trabalho, portanto, a palavra escrita foi reabastecida com o “combustível dos poços do não-escrito” (CALVINO, 2006, p. 142); o não-escrito estimulando a escrita.

2. Vida e morte como história

Falar de histórias de vida é, antes de tudo, nas palavras de Bourdieu, (2002, p. 183), “pelo menos pressupor [...] que a vida é uma história” e que “uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história”.

Nesta pesquisa, a “vida organizada como uma história” (BOURDIEU, 2002, p. 184) foi utilizada como evocação de experiências individuais, em que os sujeitos narradores assumiram livremente o papel de reordenar (de forma lógica, cronológica e instrumentalizada) e reconstruir seletivamente um conjunto de acontecimentos ocorridos durante determinado eixo temporal.

O repertório de algumas trajetórias pessoais de pistoleiros serviu-lhes como instrumento de reconstrução de suas identidades, apoiando-se não no modo como eles são percebidos pela mídia, polícia, justiça, literatura e senso comum, mas em autopercepções, e em como visam e justificam suas ações criminosas, sobretudo como se reinventam a partir da interpretação que dão às suas histórias de vida.

Além das histórias de vida, colaboraram na compreensão do fenômeno da pistolagem os documentos pessoais (entrevistas, matérias em noticiários e anotações particulares), que foram acrescentados ao material dialógico recolhido, de forma que todas essas ferramentas utilizadas de modo colaborativo tiveram o intuito de produzir aquilo que Becker (1994) chamou de “compreensão do quadro como um todo” a partir de “peças” de um “mosaico”.

3. Pistoleiro, manipulações e reconstruções de uma identidade social lusco-fusca

A pesquisa teve início no ano de 2003 e se estendeu até meados de 2008. O ponto de partida foi a revisão literária efetivada com o auxílio de fontes hemerográficas, bibliográficas e de arquivos – para em seguida contemplar a fase das entrevistas.

Jornais e arquivos documentais – estes últimos públicos e privados – representaram passos iniciais importantes em direção ao estudo e à interação teórica com o mundo social do pistoleiro. Em documentos antigos, pude empreender um percurso de distanciamento dos dias atuais em busca de registros sobre crimes de pistolagem e acerca de pistoleiros.

Atentei, no entanto, para o fato de que ao me distanciar bastante da época presente, buscando vestígios, resíduos da pistolagem e do pistoleiro em documentos muito antigos, começaram a surgir alguns dilemas hermenêuticos. A rubrica ‘pistoleiro’, por exemplo, não é visualizada em tempos precedentes ao atual, porém, outras denominações linguísticas aparecem como indicativas do crime de pistolagem e do sujeito da ação delituosa – o pistoleiro. São elas, principalmente, cangaceiro, jagunço, capanga e capataz.

Vasculhando jornais cearenses do século XIX e mesmo muitos do século XX, encontramos homicídios que podem ser identificados como crimes de pistolagem. A leitura da matéria nos permitirá reconhecer, inclusive, a figura do pistoleiro e, talvez, até mesmo a do mandante, contudo o fato não estará posto, logicamente, com a linguagem que existe nos meios de comunicação da atualidade.

Essa característica não é algo inerente aos periódicos, ela poderá ser detectada, de forma equivalente, em processos judiciais, inquéritos policiais e em livros a respeito do “banditismo” cearense escritos no início do século XX.

De maneira semelhante, esse traço distintivo poderá ser reconhecido na literatura ficcional, onde, em geral, a figura do pistoleiro muitas vezes é incorporada à de outros agentes, sobretudo do cenário rural, a exemplo do que já foi dito, o “cangaceiro”, “jagunço”, “capataz”, “capanga” e ou “cabra”.

Outras locuções a respeito do personagem pistoleiro foram recolhidas durante a primeira etapa da pesquisa. Menciono, por exemplo, o seguinte texto, “Aludis à tentativa de morte de que, há poucos dias fui vítima, cometida de surpresa covarde e traiçoeiramente por um sicário, de conta própria ou por mandato...” (Jornal O Cearense, 07/02/1890).

Cabe, portanto, quer na fonte periódico/inquérito/processo e, do mesmo modo, na ficcional, uma leitura interpretativa e contextual, um olhar específico sobre essa identidade social lusco-fusca do pistoleiro, que assume de modo articular – na forma discursiva e de representações sociais – um conjunto de identificações culturais.

Segundo a reminiscência de colaboradores desta pesquisa considerados pela mídia, polícia, justiça e população, como os mais conhecidos matadores de aluguel do Ceará, até a década de 1970 o pistoleiro era reconhecido – sobretudo pelos habitantes do sertão cearense – pelos termos “cangaceiro” ou “jagunço”.

De acordo com esses interlocutores, até mesmo durante parte da década de 1980, quando algumas pessoas se referiam a pistoleiros, ainda os chamavam, principalmente, pelo termo “cangaceiro”, em referência aos grupos de homens armados que vagavam pela zona rural do Nordeste brasileiro – mais precisamente nos sertões – em meados do século XIX e começo do século XX, matando, roubando, sequestrando pessoas.

Ao longo da pesquisa, ficou claro, por conseguinte, que o emprego do termo “cangaceiro” como instrumento de adequação para reconhecer a identidade de pistoleiro decorre do caráter polissêmico que adquiriu o vocábulo “cangaceiro”, mormente após o fim do ciclo do cangaço, circunstância em que essa locução se tornou sinônimo de “bandido rural”.

Portanto, baseado nos dados coletados na pesquisa, concluí que, provavelmente, a identidade cultural de pistoleiro foi historicamente se constituindo e modelando, por meio de conteúdos valorativos que estruturaram – com maior ênfase no imaginário coletivo – o *ethos* do personagem cangaceiro, por exemplo, a questão da honra, vingança, valentia, palavra dada, a legitimidade da *justiça* privada, etc.

Nesse sentido, o emprego do termo “cangaceiro” para identificar o assassino de aluguel decorreu do argumento de que durante muitos anos a função dos dois personagens – pistoleiro e cangaceiro – no imaginário popular foi indistinta. Difícil é, portanto, não atribuir a identidade de um – o cangaceiro – a de outro – o pistoleiro -, não obstante as diferenças existentes entre os dois personagens. Por ter sido a identidade de pistoleiro uma definição relativamente imprecisa, portanto, ela comportou, ao longo de um grande período histórico, uma identificabilidade relacional com tipos de criminosos já conhecidos popularmente, como foi o caso do cangaceiro.

Da década de 1970 para a de 1980, no entanto, a pistolagem deixa de modo incisivo de ser um crime tipicamente rural para, também, ser um fenômeno criminoso ligado aos centros urbanos; isto é, passou a ser um tipo de delito criminal que acontece tanto no sertão quanto nas cidades e na capital, com maior número de ocorrências, inclusive, no âmbito urbano.

Nesse sentido, alguns entrevistados delinearão eixos dicotômicos através dos quais se pode melhor compreender o personagem pistoleiro na atualidade. São, alguns deles: passado/presente, moderno/antigo e zona urbana/sertão. Esses elementos sugeriam novas modelações no comportamento social do pistoleiro que foi se adaptando aos novos tempos.

As mudanças relacionadas ao crime de pistolagem tornaram-se mais perceptíveis na década de 1980. Para a imprensa, foi nesse período que surgiu o “pistoleiro de zona urbana” (Jornal Diário do Nordeste, 23/09/1982) ou ainda, de acordo com os colaboradores desta pesquisa, o “moto-pistoleiro” ou o “pistoleiro moderno”, em oposição ao “pistoleiro antigo” e ou “pistoleiro tradicional”.

Os relatos orais dos entrevistados não mostraram somente rupturas entre as categorias, “pistoleiro antigo” e “novo”, mas também permanências. Entre aquilo que podemos chamar de continuidades – o que ainda hoje é uma característica fortemente arraigada ao matador de aluguel, tanto ao anterior a década de 1980 quanto ao posterior é a prática da vaquejada, sobretudo o esporte vaquejada.

Os colóquios com pistoleiros ou se iniciavam pelo assunto vaquejada, ou ele surgia no decorrer da conversa, na forma de raças de animais, de relacionamentos iniciados e desfeitos em parque de vaquejadas ou de litígios interpessoais que findaram com morte, tendo sido a causa geradora do conflito um cavalo ou uma cabeça de gado. De um pistoleiro que estava em uma unidade prisional, registrei a seguinte frase, “Meu cavalo é parte de mim, quando estou em uma vaquejada eu corro com as pernas dele”.

Tomando de empréstimo a definição que Evans-Pritchard (1992, p. 27) faz em seu estudo sobre o povo “Nuer”, o “idioma social” dos pistoleiros é construído, em grande parte, por meio do forte vínculo com os processos e relacionamentos sociais estabelecidos em função do gado.

Sobre a formação social do pistoleiro, um ponto em comum se sobressaiu por ser recorrente no decurso dessa investigação; refiro-me à gradativa adesão dos atores sociais participantes, desde a infância e ou adolescência, a valores, sentimentos e representações ligados, conceitual e culturalmente, ao universo masculino.

A construção dos protagonistas envolvidos no processo de formação social do matador de aluguel perpassa a incorporação e reprodução da visão masculina do mundo, e, portanto, da dependência desses atores sociais a uma espécie de “pedagogia da virilidade e da violência”.

Desse modo, processualmente são embutido em cada um desses agentes sociais, implicados no processo de formação de pistoleiro, códigos comportamentais comuns aos envolvidos, com padrões de conduta que revelam e indicam o pertencimento deles a um universo social masculino, constituído socialmente por um “*ethos* da virilidade” (ZALUAR, 1999).

O pistoleiro se identifica discursivamente como um “cabra macho”, um “homem disposto” ou ainda, simplesmente, utilizando uma expressão que abrange todas essas, ele se denomina como “homem”, palavra esta que traz um elevado grau de complexidade, quando se lê o trecho a seguir do relato de um pistoleiro:

Ser homem pra mim significa ser macho, ter palavra, ter respeito, ser considerado e ter moral. Existe um bocado de coisa para se ser homem, não é só porque o *cabra nasce masculino* que ele é homem. Ele tem que nascer masculino e tem também que ter honra, ser um homem de honra, do contrário não é homem. O *cabra* que rouba, por exemplo, ele não tem palavra, não tem honra, não é homem. Mas o pistoleiro é sempre homem de palavra, é homem de honra.

É difícil, portanto, explicar o “ser homem” na dimensão contemplada pelo matador e a forma como essa categoria repercute na vida social daqueles que assumem essa condição. Essa expressão, além do mais, é liberalmente utilizada tanto na linguagem cotidiana deles – pistoleiros – quanto na de policiais que lidam com o universo social da pistolagem.

O “ser homem”, nessa linha de raciocínio, surgiu nos relatos como forma social e representativamente identitária, uma construção discursiva que identifica o matador com base num mundo social, pessoal, simbólico e de visões de mundo e interações sociais, onde ele assume e exerce o papel daquilo que o pistoleiro entrevistado chamou de “homem de honra”.

A categoria “homem de honra” é pano de fundo sobre o qual se formam diversos discursos que tendem a valorizar a coragem, moral, virilidade, valentia, justiça pessoal, família, política, religião, em resumo, é um importante elemento para entender a formação e conformação do *habitus* de pistoleiro, bem como dos valores que foram incorporados a esse personagem durante a formação de sua identidade.

Essa espécie de identidade é “trabalhada” com suporte na linguagem e na cultura oral. A ênfase é na palavra dada em detrimento da escrita. É da linguagem oral que sai a palavra de honra e que são formuladas as normas de conduta, de socialização, os códigos dos assassinos e as leis da justiça privada.

Ao processo de formação de jovens do sexo masculino em pistoleiros é dado o nome de “lamber a rapadura”. Essa expressão representa o período de socialização do menino que, ao final desse processo, tornar-se-á um matador de aluguel. Esse lapso temporal, em regra, decorre durante as fases da infância e adolescência do jovem que é “escolhido” para ser pistoleiro.

No decorrer desse período transicional, chamado de “lamber a rapadura”, o “candidato” a pistoleiro, progressivamente, ingressa no mundo dos valores, sentimentos e normas culturais que compõem o *habitus* de aspectos estruturais ligados à pistolagem.

Essa fase é marcada pela espera, por parte daqueles que são interessados na formação do provável pistoleiro ou, futuramente, na contratação de seus “serviços”, pelo momento que o menino atingirá a maturidade biológico-social e assumirá o *status* de matador de aluguel.

O processo gradual de produção do pistoleiro é concluído quando efetivada uma mudança ontológica na vida daquele que cumpre esse rito de passagem. Em outras palavras, quando é cumprido o “período de margem ou liminaridade” (VAN GENNEP, 1981; TURNER, 2005) e o “candidato” a pistoleiro chega ao *status* de pistoleiro.

As armas são incorporadas desde cedo à vida do pistoleiro. Simbolicamente, são vistas como parte dos seus corpos, um membro indispensável de um organismo suprassensível, um corpo que se constitui como “a interface entre o social e o individual, entre a natureza e a cultura, entre o fisiológico e o simbólico”, tomando as palavras de Le Breton (2006, p. 92).

O corpo é “matéria de simbolismo”, como definiu Douglas (s/d., p.138), e a esse respeito algumas frases coletadas na pesquisa denotam esse corpo inscrito por interpretações e figurações relacionados às armas e ao universo viril no qual está inserido o matador de aluguel, por exemplo, “Homem que é homem só sai de casa com o berro na cintura”; “Menino para ser macho tem que aprender a pegar no cabo da enxada ou no da espingarda”; “Antes do menino aprender a falar ele tem que aprender é a atirar para ser macho”; “Não fico longe de minhas armas nem para ir ao banheiro” ou então “Se saio de casa e minha arma não está na cintura, sinto que está faltando uma parte de mim”, entre outras.

É motivo de orgulho e vaidade entre os matadores de aluguel quando atribuem a causa de alguns dos seus crimes a um rol de justificações morais, por exemplo, à defesa do código de honra, em proteção à família, ou em prol da lealdade a amigos. Em outras palavras, os discursos que ressaltam os sentimentos de orgulho e vaidade surgiram, durante a pesquisa de campo, como tentativas estratégicas de reelaborar seletivamente identidades, tomando o cuidado de usar argumentos contrários aos da justiça, polícia, mídia e população. Em suma, tomando argumentos contrários aos da palavra escrita.

Nessa perspectiva, a ideia de trajetória pessoal refere-se menos à experiência concreta, da vida vivida pelo indivíduo, do que a representações e ficções tecidas pelo narrador com as seguintes finalidades: (1) direcionar o ouvinte sobre o sentimento de pertença do narrador a determinado contexto e grupo de valores e (2) se reconstruir narrativamente por meio de versões pessoais, desmentindo as falas que lhe fazem um pistoleiro, ou até mesmo um assassino.

Nessa acepção, o pistoleiro se reinventa no momento em que produz versões com intuito de sobrepô-las aos fatos ocorridos na vida real. Exemplifico com fragmentos de narrações colhidos entre interlocutores, “Matei muita gente, mas para defender o sangue de minha família” e “Nunca matei por dinheiro, porque dinheiro não me compra. O que me compra é amizade, respeito, consideração. Até hoje só entrei em *rabo de foguete* porque fui leal aos amigos. Só matei por amizade”.

Destaco duas descrições de pistoleiros que surgiram com frequência entre os diversos segmentos da população do Estado. Na primeira, o matador foi concebido por meio dos discursos que refletiam sentimentos como respeito e admiração. Por exemplo, a passagem de uma entrevista realizada com um sacerdote no sertão cearense, em que se refere à admiração da população por um jovem pistoleiro: “Todo mundo considera esse pistoleiro uma pessoa de bem. Dizer que é pistoleiro no sertão é como dizer que é um herói ou um santo, dá o maior Ibope. Tem um aqui que é conhecido como ‘o fazedor de viúva’, tem admiração até das autoridades locais”.

Outras falas coletadas apontam em direção semelhante, ressaltando respeito, admiração e a ideia de um provável *glamour* constituído como atributo do matador de aluguel: “Na minha fazenda escondo o homem que mata homem, o pistoleiro, mas não admito entrar ladrão. Se entrar ladrão, passo bala” ou “Já namorei dois caras que eram pistoleiros e casei com um que matou uma pessoa para ganhar uma moto e uma pistola. Gosto desse tipo de homem, valente, corajoso [...]”.

Na segunda descrição, recolhi narrativas que formavam o personagem pistoleiro tomando como referência crenças populares encontradas, sobretudo, no sertão do Estado. Formando tradicionalmente por uma matriz cultural fortemente cristã e sob a influência marcante do catolicismo, o sertão é um território cultural bastante propício ao misticismo que é organizado sob dois grandes eixos antagônicos e imaginários: o bem, representado pelo Deus cristão, e o mal, representado pelo Diabo. Essas duas

representações míticas e divergentes entre si parecem duelar na arena de cada alma sertaneja, que criam para elas simbologias, associações e iconografias.

O pistoleiro é popularmente referenciado pelo mal e simbolizado pelo Diabo ou por mitos religiosos afrobrasileiros sincretizados pelo catolicismo brasileiro. Relatos orais e autobiográficos dão conta de histórias de pistoleiros que fizeram pacto de sangue com o Demônio, que têm poderes de desaparecer e transformar-se em animais (porco, cachorro ou bode) ou em coisas; possuem “corpo fechado” à custa de “orações fortes”; usam patuás para proteção espiritual e, por essa razão, dizem que balas não o alcançam, e lâminas não ferem o corpo.

Diversos relatos coletados durante o trabalho de campo apontam também nessa direção, por exemplo: “Esses pistoleiros têm parte com o Demônio”; “São tantas mortes aqui no sertão, que parece que Deus abandonou a gente e o Cão mandou esses pistoleiros para tomar conta de tudo”.

Os pistoleiros entrevistados, por sua vez, narraram sobre seus protetores espirituais, e alguns também justificaram suas ações de acordo com suas ligações metafísicas, ou, ainda, atribuem ao destino ou à sina o fato de matarem gente.

Em relação aos tipos de matadores, a pesquisa foi utilizada a classificação nativa, pistoleiros “tradicionais” e “urbanos”. Para selecionar os personagens adequados a essa classificação, usei manchetes de jornais, noticiários, inquéritos policiais, processos judiciais e indicações de interlocutores.

Uma característica marcante encontrada nos primeiros foi o redimensionamento moral de suas trajetórias no campo do crime de aluguel, ressignificando-as, dando uma nova roupagem aos assassinatos cometidos, tornando-os, por exemplo, uma vingança, um crime de honra e uma questão familiar.

O caso tipológico exemplificador com que a pesquisa se defrontou foi o de um homem conhecido por Mainha, considerado pela polícia, Justiça e, sobretudo, pelos meios de comunicação local e nacional, como o “maior matador do Nordeste”. As informações contidas em seus relatos orais corrompem a “versão oficial” da mídia, polícia e Justiça, que o consagra como um referencial no mundo da pistolagem. Ele afirma que perpetrou crimes de morte; contudo, nega que o motivo pelo qual os tenha cometido fora o dinheiro: “Dinheiro não é tudo na vida, mais importante para mim é a amizade”. Por conseguinte, ele se investe nos papéis de vingador ou justiceiro: “Só matei por questão de família ou para defender um amigo, um parente [...]”.

Mainha se vale da memória como produtora de sentidos e do esquecimento como técnica salvacionista. Sendo um ótimo artesão do discurso, ele entrelaça acontecimentos passados com suas versões e se esforça para apagar as marcas, os rastros que o identificam como um pistoleiro. Esquecendo, ele reabilita-se mediante valores que tem como nobres, de pertencimento à categoria dos homens que têm honra, que prezam a palavra dada, são leais, valentes, corajosos e defensores da família.

Então, ele trabalha com recuperação da imagem idealizada e destruição da “imagem oficial”. A primeira ele reforça e a traz pela memória; a outra ele enfraquece, apaga-a, esquece-a. O olhar ao espelho para Mainha é um “não ver-se”, no sentido de não ter uma visão externa de si, mas um imaginar-se, o construir uma visão desde as entranhas de suas versões.

O discurso aprisiona-o mais do que as grades da cadeia. Ele resta incólume no mundo criado, não convencional. Ele encoraja seu leitor-ouvinte a vê-lo, a percebê-lo por trás de suas palavras. Afinal de contas, ele é, nesse sentido, o “homem da palavra”, da palavra capaz de reintegrar a fratura social, capaz de redimi-lo e colocá-lo além das leis do mundo. O que é visível no mundo oficial não é dizível, mas o que é dizível deverá ser visível para ele.

Em relação à segunda categoria de matadores – os “urbanos” –, foi observado que somente uma pequena parte deles afirmou ter cometido crimes de pistolagem. A minoria, portanto, disse ser pistoleiro, enquanto outra parte concordou que apenas havia cometido (até o momento da entrevista) um crime desse gênero, o que não os tornaria pistoleiros, como nas palavras de um detento: “Pistoleiro é quem vive disso, só matei um cara para ganhar uns trocados e me dei foi mal”. A maioria negou ter cometido os crimes que lhes foram imputados e, quando assumia, rejeitava que tivesse sido contratado para efetuar um crime de morte.

Em parte, os que foram postos nesta categoria não aceitaram ser identificados como pistoleiros e se intitularam de “justiceiros”: “Faço justiça, sou um justiceiro, não sou pistoleiro [...], nunca fiquei atrás de um pé de pau para matar um chefe de família. Meu código só serve para bandido e só tem 2 artigos, é o 38 e o 12” (em referência a calibres de armas de fogo), ou diziam que prestavam serviço a empresas de segurança urbana, de acordo com o depoimento abaixo:

Meu trabalho é fazer segurança comunitária. Não cometo crime de pistolagem. Tenho uma empresa de segurança privada formada em sua grande parte por policiais da ativa e da reserva. Somos uma polícia sem farda. Antes de tudo somos cidadãos e

protegemos comerciantes que são cidadãos e pais de família. Fazemos o que a polícia de farda não faz, prestamos serviço para os cidadãos que pagam a gente e para toda a comunidade que mora nas proximidades de onde a gente trabalha. A gente bota moral na região. Muitas vezes, perto de um comércio ou da casa de um pai de família, está cheio de imundice, é ladrão, cheirador de cola, viciado em *crack*, traficante... Aí a gente tira de circulação essas imundices e deixa a área limpa. Mas isso não é pistolagem, porque não tiro a vida de gente de bem, nem de trabalhador, nem muito menos de pai de família honesto, só de vagabundo. Nós não matamos por dinheiro, mas para fazer justiça, o senhor entende isso? Se um marginal ameaça um chefe de família e ele não tem dinheiro para pagar a gente, nós agimos da mesma forma como fazemos quando alguém que nos paga. A gente livra o cidadão do incômodo. Por isso eu afirmo que a gente não pratica crime, a gente faz é justiça, a gente faz o que os governantes não fazem, porque bandido é lixo, é imundice e a gente limpa as áreas que a gente trabalha.

Além disso, entre os que nessa categoria foram selecionados e negaram tratar-se de pistoleiros, estavam aqueles que assassinavam por ordem de um chefe de quadrilhas/bando. As estruturas criminosas com maior grau de organização dispõem da figura do matador, que tem como função essencial executar membros do grupo que entram em confronto com as regras internas da quadrilha. Esse tipo de crime é conhecido por “queima de arquivo”. Um exemplo típico é a fala de um dos colaboradores da pesquisa que está nesse segmento:

Faz tempo que eu e meu irmão trabalhamos para esse grupo. A função da gente é mais ou menos assim, quando alguém do grupo “sai da linha” aí eu ou meu irmão “fecha” o cara. Vou explicar, o sujeito sai por aí fazendo besteira, dizendo coisas para prejudicar a gente, dedura a gente para os homens (polícia) ou rouba dinheiro nosso... Quem age assim está cuspidando no prato que comeu, entende? Aí ele (o chefe do grupo) manda eu ou meu irmão “calar” o sujeito. A gente não tolera alcaguete ou nego que é do nosso grupo, come do que a gente come e é também informante da polícia. Gente assim merece é bala. [...] Não, mas isso não é pistolagem. O patrão dá uma gratificação para a gente quando se faz um “serviço” desse, mas isso não é pistolagem. Pistoleiro é outra coisa, no caso da gente nós temos um patrão certo, não é qualquer um com dinheiro que manda a gente fazer um “serviço”, a gente não anda matando para um e para outro.

4. Considerações Finais

Constatei que outros grupos, de menor organização ou de estruturação espontânea, não possuíam alguém com função exclusiva de assassinar. Por conseguinte, em geral, o incumbido de desempenhar essa tarefa eram os que apresentavam maior disposição na prática de atos violentos, conforme o exemplo a seguir extraído do relato de um interlocutor, ex-participante de um grupo ligado ao narcotráfico: “Neguinho vacilou com o patrão, comprou e não pagou. Aí mandaram eu *tacar fogo*. *Sentei o dedo*, mas aí os *homens* me pegaram. Mas não tenho nada com pistoleiro”.

As histórias de vida me permitiram, por exemplo, ler e analisar o pistoleiro, não tão só como os “outros” o vêem, mas, também, como ele se vê. Resumidamente, as histórias de vida me possibilitaram compreender como distintos planos da realidade, como múltiplas dimensões do real, em seus mais variados sentidos, vivem juntos dentro de um mesmo indivíduo.

Referências

- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BOURDIEU, P. A ilusão bibliográfica. In: AMADO, J., FERREIRA, M. de M. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183-191.
- CALVINO, Í. A palavra escrita e a não-escrita. In: _____. **Usos & Abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 139-147.
- DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. Lisboa: Edições 70, s/d.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- TURNER, V. **Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2005.
- VAN GENNEP, A. **Les rites de passage**. Paris: Éditions A. et J. Picard, 1981.
- ZALUAR, A. Crime, medo e política. In: ZALUAR, A; ALVITO, M. **Um século de favela**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 209-232.